

**CEETEPS – CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA  
SOUZA ETEC CEL FERNANDO FEBELIANO DA COSTA  
TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

**MARIA EDUARDA CAMARGO DE MELLO OLIVEIRA  
SAMYRA APARECIDA GEREMIAS DE ANDRADE SILVA  
TAINA MOREIRA SILVA SANTOS  
TAISSA CAMOLEZI**

**A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO EM CRIANÇAS**

**PIRACICABA/SP  
2025**

MARIA EDUARDA CAMARGO DE MELLO OLIVEIRA  
SAMYRA APARECIDA GEREMIAS DE ANDRADE SILVA  
TAINA MOREIRA SILVA SANTOS  
TAISSA CAMOLEZI

## **A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO EM CRIANÇAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Técnico em enfermagem da Etec Cel Fernando Febeliano da Costa, como requisito parcial para obtenção do título de Técnico em enfermagem.

**Orientadora:** Profa. Ângela Márcia Fossa

**PIRACICABA/SP  
2025**

MARIA EDUARDA CAMARGO DE MELLO OLIVEIRA  
SAMYRA APARECIDA GEREMIAS DE ANDRADE SILVA

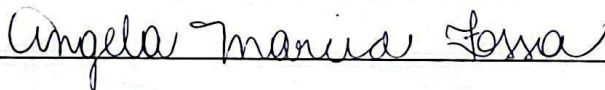
MARIA EDUARDA CAMARGO DE MELLO OLIVEIRA  
SAMYRA APARECIDA GEREMIAS DE ANDRADE SILVA  
TAINA MOREIRA SILVA SANTOS  
TAISSA CAMOLEZI

### A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO EM CRIANÇAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Técnico em Enfermagem da Etec Cel. Fernando Febeliano da Costa, orientado pelo professora Angela Marcia Fossa como requisito parcial para obtenção do título de Técnico em Enfermagem.

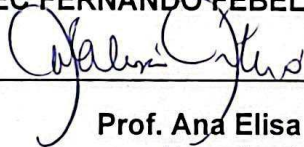
Aprovado em: 28 de Novembro de 2025

#### BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms Angela Marcia Fossa  
Orientador

ETEC FERNANDO FEBELIANO DA COSTA



Prof. Ana Elisa Artico  
Examinador

ETEC FERNANDO FEBELIANO DA COSTA



Prof. Renata Maria Alcover Saldanha.

Examinador

ETEC FERNANDO FEBELIANO DA COSTA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente a todos os integrantes do grupo que se dispuseram a se empenhar tanto na parte prática, quanto na parte teórica deste projeto, agradecemos também a todas as professoras que auxiliaram e desempenharam um papel importante e fundamental durante essa jornada.



Dedico meu TCC a todas as pessoas que procuram obter conhecimento sobre as vacinas e a importância delas na saúde de cada criança na sociedade.

A Enfermagem é uma arte; e para realizá-la como arte, requer uma devoção tão exclusiva, um preparo tão rigoroso, quanto a obra de qualquer pintor ou escultor; pois o

que é tratar da tela morta ou do frio mármore comparado ao tratar do corpo vivo, o templo do espírito de Deus? É uma das artes; poder-se-ia dizer, a mais bela das artes!

Florence Nightingale

## RESUMO

A vacinação infantil é uma das estratégias mais eficazes para a prevenção de doenças imunopreveníveis, porém sua adesão vem sendo afetada por fatores como desinformação, insegurança dos responsáveis e fragilidades no acesso aos serviços de saúde. Diante desse cenário, este estudo apresentou como objetivo identificar aspectos que influenciam a adesão à vacinação infantil e o papel da equipe de enfermagem na superação desses obstáculos. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, realizado por meio da aplicação de um questionário estruturado respondido por 91 participantes. A análise dos dados permitiu caracterizar o perfil sociodemográfico dos respondentes e identificar percepções sobre a importância da vacinação, a influência das *fake news* e o nível de adesão ao esquema vacinal. Os resultados mostraram que a grande maioria considera a vacinação essencial, embora persistam dúvidas, receios e lacunas de informação que interferem na atualização da caderneta infantil. Identificou-se também através da revisão de literatura que a enfermagem é reconhecida como extremamente importante na orientação, acolhimento e fortalecimento da confiança das famílias, desempenhando papel direto na promoção da saúde e prevenção de doenças. Conclui-se que, embora a percepção geral sobre a importância das vacinas seja positiva, ainda há desafios relacionados à comunicação em saúde, principalmente diante do avanço das *fake news*. Foi realizada atividade educativa com 35 alunos de ensino fundamental e médio de uma escola estadual para orientações sobre vacinas, reforçando o papel da enfermagem na sensibilização e orientação sobre vacinas. Reforça-se a necessidade de ampliar ações educativas conduzidas pela enfermagem e investir em estratégias que aproximem as famílias dos serviços de vacinação.

**Palavras-chave:** Vacinação infantil. Enfermagem. Adesão vacinal. Fake News. Promoção da saúde.

## ABSTRACT

Childhood vaccination is one of the most effective strategies for preventing immunopreventable diseases; however, adherence has been affected by factors such as misinformation, insecurity among caregivers, and weaknesses in access to health services. In this context, this study aimed to identify the aspects that influence adherence to childhood vaccination and the role of the nursing team in overcoming these obstacles. This is a descriptive study with a quantitative approach, carried out through the application of a structured questionnaire answered by 91 participants. Data analysis made it possible to characterize the sociodemographic profile of respondents and identify perceptions regarding the importance of vaccination, the influence of fake news, and the level of adherence to the vaccination schedule. The results showed that the vast majority consider vaccination essential, although doubts, fears, and information gaps persist, which interfere with keeping children's vaccination records up to date. The literature review also revealed that nursing is recognized as extremely important in providing guidance, support, and strengthening families' trust, playing a direct role in health promotion and disease prevention. It is concluded that, although the overall perception of the importance of vaccines is positive, challenges related to health communication remain, especially in light of the rise of fake news. An educational activity was carried out with 35 elementary and high school students from a state school to provide guidance on vaccines, reinforcing the role of nursing in raising awareness and offering vaccine-related information. The need to expand educational actions led by nursing professionals and to invest in strategies that bring families closer to vaccination services is reinforced.

**Keywords:** Childhood vaccination. Nursing. Vaccination adherence. Fake news. Health promotion.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Conhecimento dos participantes sobre as vacinas disponíveis no SUS para crianças menores de 12 anos .....	26
<b>Gráfico 2:</b> Principais fontes de informação sobre vacinação infantil entre os participantes .....	27
<b>Gráfico 3:</b> Percepção sobre a Importância da Vacinação .....	29
<b>Gráfico 4:</b> Percepção dos participantes sobre a eficácia das campanhas públicas de vacinação .....	30
<b>Gráfico 5:</b> Comportamentos motivados pelo medo de efeitos colaterais .....	32
<b>Gráfico 6:</b> Principais razões, segundo opinião dos participantes, para a recusa vacinal de pais/responsáveis.....	33

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
2.1 HISTÓRICO DA VACINAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO .....	12
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMUNIZAÇÃO NO BRASIL .....	14
2.3 IMPACTOS DA VACINAÇÃO INFANTIL .....	16
2.4 O PAPEL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA VACINAÇÃO INFANTIL .....	18
2.5 DESAFIOS E BARREIRAS À ADESÃO VACINAL .....	20
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	23
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	25
4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES .....	25
4.2 CONHECIMENTO SOBRE VACINAÇÃO INFANTIL .....	26
4.3 PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO .....	28
4.4 ADESÃO AO ESQUEMA VACINAL E COMPORTAMENTOS PARENTERAIS .....	31
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>APÊNDICES</b> .....	42

## 1 INTRODUÇÃO

A vacinação infantil é uma das intervenções mais eficazes desenvolvidas em saúde pública. Ao proteger o indivíduo, ela também preserva o coletivo, reduzindo a circulação de doenças e impedindo epidemias. Para a enfermagem, essa estratégia assume importância, pois esse profissional atua diretamente no cuidado integral das crianças e de suas famílias, promovendo saúde, prevenção e equidade (MARTINEZ *et al.*, 2022).

Historicamente, o avanço da imunização foi determinante na transformação do perfil epidemiológico infantil. No Brasil, campanhas sistemáticas erradicaram doenças como poliomielite e reduziram drasticamente o sarampo e a difteria. Esses avanços contribuíram decisivamente para o declínio da mortalidade infantil, um indicador estreitamente relacionado com as condições nutricionais, o acesso à saúde e a qualidade de vida das crianças (PEREIRA *et al.*, 2022).

A vacinação infantil emerge como uma das principais estratégias de proteção da infância no Brasil, com resultados recentes que mostram a sua eficácia. No primeiro semestre de 2025, mais de um milhão de doses foram aplicadas em ambientes escolares de cerca de 4,1 mil municípios, abrangendo 74 % das cidades brasileiras, segundo relatório do Ministério da Saúde (BRASIL, 2025).

Ainda que muitos países tenham avançado, globalmente persistem lacunas significativas. Em 2023, apenas 83 % das crianças receberam a primeira dose da vacina contra o sarampo, número abaixo dos 95 % necessários para prevenir surtos, conforme alerta da OPAS/OMS (OPAS, 2023).

No entanto, o contexto atual é marcado pela ameaça de surtos, agravada por fatores como hesitação vacinal, desinformação e desigualdades de acesso. A enfermagem, nesse cenário, assume um papel de mediação entre a ciência e as comunidades (MARTINEZ *et al.*, 2022).

Desse modo, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem atuam como educadores e agentes de confiança, dispondo de orientações em linguagem acessível, sanando dúvidas, enfrentando resistências e permitindo que as políticas públicas atinjam as famílias, assim, a sua presença na atenção

primária é estratégica para assegurar que a vacinação seja compreendida, aderida e valorizada como direito inalienável (LIMA *et al.*, 2024).

Diante disso, emerge então o seguinte questionamento que norteou a presente pesquisa: Como fatores socioeconômicos, culturais, comunicacionais e estruturais interferem na adesão à vacinação infantil e na atuação da enfermagem no acompanhamento dessas crianças no contexto da atenção primária?

Posto isso, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os desafios que influenciam a adesão à vacinação infantil e o papel da equipe de enfermagem na superação desses obstáculos. Especificamente, busca-se: (1) identificar barreiras relativas à hesitação vacinal, desinformação e acesso; (2) compreender como as ações de enfermagem (educação em saúde, acolhimento, comunicação) podem fortalecer o processo vacinal; e (3) propor estratégias integradas para aprimorar a cobertura vacinal e a confiança das famílias.

Socialmente, esta pesquisa contribui para a promoção da saúde infantil integral, subsidiando práticas que unem prevenção, cuidado e equidade, sobretudo, em comunidades vulneráveis. No âmbito acadêmico, inova ao colocar a equipe de enfermagem como elemento principal na articulação entre técnico e humano, fornecendo um olhar mais amplo sobre vacinação como ato necessário à construção de políticas de saúde mais eficazes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A vacinação constitui uma das mais importantes conquistas da saúde pública, sendo reconhecida mundialmente como um dos métodos mais eficazes de prevenção de doenças transmissíveis. Ao longo da história, os imunobiológicos transformaram o cenário epidemiológico de inúmeros países, reduzindo drasticamente a ocorrência de epidemias e a mortalidade infantil.

No Brasil, em especial, a vacinação é uma estratégia consolidada dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), alcançando populações diversas e contribuindo para a promoção da equidade em saúde. Desse modo, entender a evolução histórica das vacinas, as políticas públicas que sustentam sua aplicação e o papel dos profissionais de saúde nesse processo torna-se importante para reconhecer sua importância e enfrentar os desafios atuais relacionados à adesão vacinal.

### 2.1 HISTÓRICO DA VACINAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO

A origem das vacinas remonta a práticas muito antigas de tentativa de proteção contra doenças infecciosas. Conforme Santos e Almeida (2024), povos do Oriente já utilizavam técnicas rudimentares de variação, introduzindo material infeccioso de pústulas em pessoas saudáveis para induzir uma forma mais branda da doença e, assim, gerar imunidade. Esse método, embora arriscado, representava uma tentativa inicial de controle da varíola e foi disseminado pela Europa por meio de figuras como Lady Mary Montagu no século XVIII, que levou o conhecimento da variação para a Inglaterra após observar sua aplicação no Império Otomano (SANTOS; ALMEIDA, 2024).

Antes de prosseguir com a evolução histórica, torna-se fundamental compreender o conceito de imunização. De acordo com Araújo *et al.* (2024), a imunização pode ser definida como um processo que estimula o sistema imunológico a reconhecer e responder a agentes infecciosos, gerando memória imunológica capaz de proteger o indivíduo contra futuras exposições à doença. Essa proteção pode ser adquirida de maneira natural, quando a pessoa entra em contato com o microrganismo e desenvolve anticorpos, ou de forma artificial, por meio das vacinas, que introduzem antígenos específicos em doses

controladas, desencadeando uma resposta imune segura e eficaz (MIRANDA *et al.*, 2022).

O grande marco científico ocorreu em 1796, com os experimentos de Edward Jenner, que observou que pessoas infectadas com a varíola bovina apresentavam resistência à varíola humana. Ao inocular material proveniente de lesões de vacas em um menino saudável, Jenner demonstrou que era possível conferir proteção contra a doença sem a necessidade de exposição direta ao vírus mortal (FREITAS *et al.*, 2024).

Esse feito é considerado o marco inicial da vacinação moderna. Posteriormente, os avanços da microbiologia no século XIX, com as contribuições de Louis Pasteur e Robert Koch, consolidaram o entendimento sobre microrganismos e permitiram o desenvolvimento de vacinas atenuadas e inativadas, inaugurando uma nova era na imunização (SANTOS; ALMEIDA, 2024). Os progressos científicos continuaram no século XX, com descobertas como o cultivo celular *in vitro*, que possibilitou maior controle na produção de vacinas, e a técnica de uso de ovos embrionados para fabricar imunizantes em larga escala, como os destinados à gripe (ROSADO *et al.*, 2021).

Mais recentemente, a biotecnologia trouxe vacinas de subunidades, recombinantes e, no século XXI, as vacinas de RNA mensageiro, que tiveram papel muito pertinente no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Assim, essas inovações demonstram como a vacinação é uma área em constante evolução, sempre adaptando-se às necessidades epidemiológicas globais (ROSADO *et al.*, 2021).

No contexto da saúde infantil, as vacinas representam um dos maiores avanços da medicina preventiva, responsáveis pela drástica redução da mortalidade em crianças ao longo das últimas décadas. Estudos como o de Sousa *et al.* (2025) mostram que doenças como poliomielite, sarampo, difteria e coqueluche, que antes figuravam entre as principais causas de morte na infância, foram controladas ou mesmo erradicadas em vários países graças à vacinação em massa.

No Brasil, a história da vacinação começa em 1804, com a introdução da vacina contra a varíola pelo Marquês de Barbacena. Apesar das resistências iniciais e do episódio emblemático da Revolta da Vacina em 1904, no Rio de Janeiro, a imunização foi gradualmente incorporada à política pública de saúde,

culminando na criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973 (TEIXEIRA; CRUZ, 2023).

Segundo Mendonça *et al.* (2022) esse programa foi responsável por campanhas de grande impacto, como a erradicação da varíola em 1980 e a eliminação da poliomielite em 1994 no território nacional. Atualmente, o Brasil mantém um dos calendários vacinais mais completos do mundo, ofertando gratuitamente vacinas fundamentais para a proteção das crianças.

No cenário global, os marcos da imunização também são expressivos. A erradicação da varíola em 1980, declarada pela Organização Mundial da Saúde, é considerada uma das maiores conquistas da saúde pública mundial. Além disso, esforços internacionais continuam para a eliminação de doenças como o sarampo e a rubéola, com campanhas periódicas em diversos continentes (TEIXEIRA; CRUZ, 2023). E, sem dúvidas, esses efeitos reforçam a importância coletivo da vacinação como ferramenta indispensável de prevenção e promoção da saúde.

Essa realidade evidencia o impacto direto da imunização tanto na saúde individual, como também na coletiva, uma vez que o aumento da cobertura vacinal protege inclusive aqueles que, por razões médicas, não podem receber determinadas vacinas, assim a vacinação é uma questão de saúde pública (SANTOS; ALMEIDA, 2024).

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMUNIZAÇÃO NO BRASIL

A história da imunização no Brasil está diretamente associada ao desenvolvimento de políticas públicas que buscaram transformar a vacinação em um direito universal de saúde. Nesse contexto, o Programa Nacional de Imunizações, criado em 1973, representa um divisor de águas na organização das estratégias de prevenção de doenças imunopreveníveis (LANEUVILLE, 2024).

A sua criação constituiu uma verdadeira inovação, tendo em vista que, tinha como objetivo unificar e coordenar as ações de vacinação em nível nacional, garantindo que imunobiológicos chegassem não só às capitais, mas também a regiões periféricas, áreas rurais e comunidades de difícil acesso (GOES *et al.*, 2021).

Embora o PNI tenha surgido antes mesmo da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Constituição Federal de 1988, sua consolidação ocorreu em consonância com os princípios da universalidade, da equidade e da integralidade. Esses mecanismos garantem que qualquer cidadão brasileiro, independentemente de sua condição social ou localização geográfica, tenha acesso às vacinas ofertadas pelo sistema público (FERNANDES; PERCIO; MACIEL, 2025), e reduzindo desigualdades regionais e garantindo proteção às populações mais vulneráveis.

Do ponto de vista legal, a Lei nº 6.259/1975 foi fundamental para institucionalizar o programa, estabelecendo as diretrizes do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Imunizações. Destaca-se que essa legislação atribuiu ao Ministério da Saúde a responsabilidade pela formulação e execução do PNI, garantindo a obrigatoriedade de determinadas vacinas e organizando a logística de sua distribuição (PÉRCIO *et al.*, 2023).

O Decreto nº 78.231/1976 regulamentou a lei, estabelecendo regras de execução, estratégias de vacinação obrigatória e as formas de monitoramento epidemiológico. Como bem destacam Pércio *et al.* (2023), esses instrumentos normativos transformaram a vacinação em uma política de Estado, assegurando sua continuidade e expansão.

Na prática, o PNI se destacou por implementar campanhas de vacinação em larga escala, que marcaram a memória coletiva da população brasileira. Um exemplo foi à mobilização contra a poliomielite, na década de 1980, que contou com o apoio da mídia, escolas e comunidades, além da criação do personagem Zé Gotinha, que se tornou símbolo da prevenção infantil (SANTOS; ALMEIDA, 2024).

O êxito dessas ações resultou na erradicação da poliomielite no Brasil em 1994, um marco histórico para a saúde pública nacional (SANTOS; ALMEIDA, 2024). Campanhas semelhantes foram organizadas contra o sarampo, rubéola e tétano neonatal, sempre com grande mobilização social.

O Ministério da Saúde, através do SUS, assume responsabilidade fundamental na manutenção das altas coberturas vacinais, coordenando a aquisição, distribuição e monitoramento dos imunobiológicos em todo o território nacional (PÉRCIO *et al.*, 2023). O PNI investiu na criação de uma rede estruturada de armazenamento e conservação, garantindo a qualidade das

vacinas por meio da chamada “cadeia de frio”, que vai desde os centros de produção até a sala de vacinação. Permitindo então que, mesmo em regiões remotas da Amazônia ou do sertão nordestino, a população tivesse acesso seguro e gratuito às vacinas (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

A inclusão progressiva de novas vacinas no calendário básico infantil. Se nos anos 1970 o calendário era bastante limitado, restrito a poucas vacinas como BCG, tríplice bacteriana e poliomielite, hoje as crianças brasileiras têm acesso gratuito a um rol de imunobiológicos, como a vacina contra rotavírus, pneumocócica conjugada, meningocócica, hepatite A e varicela, entre outras (SANTOS; ALMEIDA, 2024).

O PNI também demonstrou capacidade de adaptação a mudanças no cenário epidemiológico e social. Em 2003, a criação da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) fortaleceu a integração entre imunização, vigilância epidemiológica e monitoramento de doenças transmissíveis (TEIXEIRA; CRUZ, 2023). Mais recentemente, em 2023, houve a reestruturação do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis, reafirmando a importância estratégica da vacinação como política prioritária do Ministério da Saúde.

Essa evolução exigiu o fortalecimento das estruturas estatais, responsáveis pela política de imunização e a criação de critérios rigorosos, incluindo a análise do perfil epidemiológico, avaliação de eficácia e segurança, capacitação de equipes, garantia de financiamento, entre outras coisas (TEIXEIRA; CRUZ, 2023).

Apesar dos inegáveis avanços, o PNI enfrentou e ainda enfrenta desafios, como a queda das coberturas vacinais nos últimos anos, impulsionada por fatores como a disseminação de notícias falsas, a hesitação vacinal de alguns grupos sociais e as dificuldades logísticas em determinados territórios.

### 2.3 IMPACTOS DA VACINAÇÃO INFANTIL

A vacinação infantil representa uma das mais importantes estratégias de saúde pública, pois atua diretamente na prevenção de doenças transmissíveis que historicamente estiveram entre as principais causas de morbimortalidade na infância. Assim, ao proteger as crianças contra enfermidades como poliomielite, sarampo, difteria e coqueluche, o ato de imunizar garante também que

complicações graves sejam evitadas e reduzindo a sobrecarga nos serviços de saúde (MARTINEZ *et al.*, 2022).

A experiência brasileira com o Programa Nacional de Imunizações, reconhecido mundialmente, confirma que a vacinação é capaz de modificar o perfil epidemiológico das doenças imunopreveníveis no país. Um dos impactos mais significativos relaciona-se com à redução significativa da mortalidade infantil (PEREIRA *et al.*, 2022).

Rocha *et al.* (2025) apontam que a queda dos óbitos entre crianças no Brasil ao longo das últimas décadas está associada ao fortalecimento das ações da Atenção Básica e ao acesso universal às vacinas. Entre 1990 e 2020, a mortalidade infantil passou de 53,7 para 13,2 por mil nascidos vivos, e os imunizantes tiveram papel decisivo nesse processo, juntamente melhorias sociais e sanitárias (ROCHA *et al.*, 2025). A vacinação, nesse sentido, é vista como ferramenta fundamental para assegurar um desenvolvimento saudável e pleno na infância, sendo isto um direito garantido constitucionalmente.

A imunização infantil também gera benefícios coletivos ao estabelecer a chamada imunidade de rebanho. Quando altas coberturas vacinais são atingidas, a circulação de agentes infecciosos é reduzida, protegendo inclusive indivíduos que não podem ser vacinados por contraindicações médicas ou por estarem em faixas etárias não contempladas no calendário vacinal. Dito isto, a adesão da família ao esquema vacinal das crianças contribui para a segurança de toda a comunidade (ROCHA *et al.*, 2025).

Como destacam Moreno *et al.* (2024), a imunização infantil constitui uma medida integrada de promoção e prevenção em saúde, indo além da proteção individual ao favorecer o bem-estar coletivo e contribuir de forma expressiva para o controle e erradicação de diversas enfermidades. Essa prática é essencial para o fortalecimento do sistema de saúde e para o desenvolvimento saudável das crianças, gerando impactos positivos duradouros na saúde pública.

No entanto, nos últimos anos, o Brasil e outros países vêm enfrentando queda nos índices de imunização, o que acendeu alerta sobre o risco de retorno de doenças já controladas ou erradicadas, como o sarampo e a poliomielite (ASSIS; SILVA; ANGEL, 2023). E isso compromete os ganhos alcançados historicamente e reforça a necessidade de campanhas educativas, ampliação do

acesso aos serviços de saúde e fortalecimento das políticas públicas de imunização.

A vacinação infantil impacta de maneira decisiva na saúde coletiva ao prevenir doenças transmissíveis, reduzir complicações clínicas, diminuir as taxas de mortalidade infantil e promover a imunidade coletiva. Além de proteger as crianças, essa prática fortalece a responsabilidade social e garante avanços duradouros para a sociedade (MARTINEZ *et al.*, 2022).

Torna-se evidente que o êxito dessas ações depende tanto da disponibilidade das vacinas, quanto da participação ativa dos profissionais de saúde. Nesse cenário, o enfermeiro tem papel muito pertinente, pois atua como mediador entre as políticas públicas de imunização e a população, garantindo que as famílias compreendam a relevância da vacinação e aderiam ao calendário vacinal (TEIXEIRA; CRUZ, 2023).

Desse modo, o enfermeiro contribui para a conscientização, o esclarecimento de dúvidas, o enfrentamento da hesitação vacinal e a construção de vínculos de confiança com a comunidade, pontos necessários para a manutenção de altas coberturas vacinais e para a proteção coletiva. Assim, a análise dos impactos da vacinação conduz naturalmente à discussão sobre a atuação da enfermagem na promoção e no fortalecimento da imunização como prática inerente a saúde pública.

#### 2.4 O PAPEL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA VACINAÇÃO INFANTIL

A promoção da vacinação infantil é uma das atribuições mais relevantes da enfermagem, tanto pelo aspecto técnico da administração de vacinas quanto pela responsabilidade de educar, orientar e sensibilizar famílias acerca da importância da imunização para a saúde individual e coletiva (ROCHA *et al.*, 2025).

Nesse contexto, Souza *et al.* (2025) demonstraram que os profissionais da enfermagem são agentes necessários para garantir a adesão dos responsáveis aos programas de imunização, especialmente em tempos marcados pela hesitação vacinal e pela disseminação de informações equivocadas.

O estudo de Aradottir, Wellman e Göransson (2024) reforça isso ao mostrar que a equipe de enfermagem utilizam diretrizes nacionais e locais para sustentar sua prática, mas que a maior efetividade está em adotar uma abordagem centrada na pessoa. Isso significa que, diante de pais hesitantes, a simples transmissão de informações técnicas não é suficiente. É necessário desenvolver estratégias de diálogo individualizado, que valorizem a escuta ativa e considerem os receios e dúvidas dos responsáveis.

Esses resultados de Aradottir, Wellman e Göransson (2024) estão diretamente relacionados com a prática da enfermagem no Brasil, em que muitos profissionais da atenção básica precisam adaptar sua comunicação ao contexto sociocultural das famílias, traduzindo informações científicas em linguagem acessível e fortalecendo o vínculo de confiança com a comunidade.

Por sua vez, o estudo de Hill *et al.* (2021) evidencia que os profissionais da enfermagem reconhecem como parte essencial de sua função a educação em saúde e o apoio na tomada de decisão dos pais. A pesquisa mostra que, para aumentar a adesão à vacina tríplice viral, os profissionais adotaram estratégias como o fornecimento de evidências claras, a correção de equívocos e o uso de diferentes formas de participação para responder às preocupações familiares.

Assim, esse resultado de Hill *et al.* (2021) reafirma que o papel da equipe de enfermagem não se restringe à técnica de aplicar vacinas, mas também à capacidade de se posicionar como referência de confiança, ajudando os pais a superarem inseguranças e a optar por práticas de saúde baseadas em evidências.

No Brasil, essa função é ainda mais importante quando se considera o papel do PNI, que estabelece um calendário vacinal amplo e de acesso universal. O enfermeiro, enquanto gestor da sala de vacinas, é responsável por manter a organização do serviço, assegurar a conservação adequada dos imunobiológicos e supervisionar a equipe técnica (SOUZA *et al.*, 2025).

Essa função de gerenciamento é necessária para garantir a eficácia da imunização e para que a vacinação seja realizada em condições seguras e confiáveis. Entretanto, é no contato direto com as famílias que o enfermeiro consolida sua importância, já que atua como mediador entre as políticas públicas e a comunidade (HILL *et al.*, 2021).

Entretanto, não se pode deixar de destacar o quão importante é a humanização no processo de imunização infantil. Muitas crianças vivenciam o momento da vacina com medo, choro e resistência, o que pode gerar ansiedade nos responsáveis. Cabe ao enfermeiro adotar práticas de acolhimento, como o uso de técnicas lúdicas, o diálogo empático e a presença da família durante a aplicação (SILVA *et al.*, 2025).

Essas ações reduzem o estresse do procedimento e fortalecem a confiança da população nos serviços de saúde. É importante ressaltar ainda que, essa humanização é apontada nos estudos de Gomes *et al.* (2025) como fator que melhora a adesão vacinal, pois transforma a experiência em um ato de cuidado integral.

Assim, o estudo de Hill *et al.* (2021) contribui para o entendimento do papel do enfermeiro na vacinação infantil, mostrando que sua atuação é muito abrangente: envolve competência técnica, educação em saúde, comunicação acessível, acolhimento humanizado e gestão da sala de vacinas.

Como destacado por Gomes *et al.* (2025), esses elementos, quando articulados, podem aumentar o impacto das campanhas de imunização e de contribuir diretamente para o enfrentamento do desafio atual da queda das coberturas vacinais no Brasil. Dessa forma, o enfermeiro se afirma como protagonista não apenas na administração de vacinas, mas sobretudo, na promoção da saúde pública e na proteção da infância contra doenças imunopreveníveis.

## 2.5 DESAFIOS E BARREIRAS À ADESÃO VACINAL

Entre os principais entraves enfrentados pelos programas de imunização infantil na atualidade, a desinformação se destaca como um dos mais graves. O avanço das redes sociais trouxe benefícios na disseminação de informações rápidas, mas também abriu espaço para a propagação de *fake news* sobre vacinas (PEREIRA *et al.*, 2025).

Grande parte desses conteúdos explora o medo dos responsáveis, com alegações sem base científica sobre efeitos colaterais graves, como autismo, infertilidade ou danos neurológicos. Como discutido por Ribeiro *et al.* (2024), essas narrativas, embora infundadas, ecoam com grande força em comunidades

vulneráveis à desinformação, reforçando a hesitação vacinal e colocando em risco o esforço coletivo de proteção contra doenças imunopreveníveis.

Conforme destacam Teixeira e Cruz (2023, p. 11), ao longo da história, o poder da informação, e também da desinformação, tem exercido forte influência sobre a sociedade, influência essa que se ampliou significativamente com o advento da internet. Desde a criação das primeiras vacinas, surgiram movimentos contrários à imunização, motivados, em grande parte, por convicções religiosas e espirituais. Com o passar do tempo, esses grupos se fortaleceram, especialmente diante da implementação de políticas de vacinação obrigatória, utilizando o argumento da defesa da liberdade individual como principal justificativa para sua resistência.

Os movimentos antivacinas, embora minoritários, têm conquistado visibilidade significativa, utilizando argumentos que questionam a segurança dos imunobiológicos e a credibilidade das instituições de saúde. Os discursos antivacina geralmente se apoiam em experiências pessoais isoladas ou em interpretações distorcidas de estudos científicos, transmitindo à população uma percepção equivocada sobre riscos que, na realidade, são extremamente raros e controlados (RIBEIRO *et al.*, 2024). Como resultado, muitos pais e responsáveis acabam adiando ou recusando a imunização de seus filhos, fragilizando a cobertura vacinal e favorecendo o ressurgimento de doenças antes eliminadas.

É importante destacar que eventos adversos leves podem ocorrer após a vacinação, como febre baixa, dor ou vermelhidão no local da aplicação, mas esses efeitos são esperados e transitórios, sendo superados pelos benefícios da imunização (PEREIRA *et al.*, 2025).

Entretanto, quando tais reações são ampliadas e distorcidas pelas *fake news*, elas são elementos que geram sentimentos como medo e resistência. Nesse ponto, o papel do enfermeiro é importante: cabe a ele desmistificar essas informações, explicando de forma clara e acessível quais são os possíveis efeitos esperados, sua baixa gravidade e o quanto os imunobiológicos são rigorosamente testados antes de sua liberação (TEIXEIRA; CRUZ, 2023).

Além da desinformação, questões culturais, sociais e econômicas também influenciam a adesão vacinal. Em algumas famílias, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a falta de transporte e a incompatibilidade de

horários com o trabalho dificultam o cumprimento do calendário vacinal. Em outras, crenças religiosas ou culturais reforçam resistências históricas. O estudo de Ribeiro *et al.* (2024) demonstra que tanto as barreiras estruturais quanto a circulação de informações incorretas são determinantes para a baixa adesão à vacinação infantil no Brasil, apontando a necessidade de estratégias mais efetivas de enfrentamento.

As consequências dessa realidade são preocupantes e já podem ser observadas no reaparecimento de doenças erradicadas, como o sarampo, que voltou a circular no Brasil após anos de eliminação certificada. E isso demonstra como a baixa cobertura vacinal fragiliza a imunidade coletiva, expondo ao risco não apenas aos não vacinados por hesitação, mas também aqueles que não podem receber imunobiológicos por contraindicações médicas (PEREIRA *et al.*, 2025).

Dessa forma, os desafios da adesão vacinal não se resumem a barreiras logísticas, mas envolvem uma rede de fatores sociais e comunicacionais. Combater a desinformação e enfrentar o discurso antivacinas é hoje uma tarefa urgente para profissionais de saúde, sobretudo, para os enfermeiros, que estão na linha de frente do contato com as famílias. Somente com estratégias integradas, que aliem acolhimento, informação de qualidade e políticas públicas eficazes, será possível recuperar a confiança da população e garantir o alcance das metas vacinais necessárias para proteger a saúde infantil e coletiva.

### 3 METODOLOGIA

Esta presente pesquisa caracteriza-se por uma revisão narrativa da literatura, um levantamento de dados de caráter exploratório com abordagem quantitativa, os dados foram interpretados através de gráficos (Gil, 2022).

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário eletrônico elaborado na plataforma *Microsoft Forms*. O questionário foi divulgado em redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*, além de compartilhado em grupos de *WhatsApp*, estratégia que viabilizou maior abrangência e participação, mas que mostrou algumas limitações na análise dos dados pois a maioria dos participantes não tem filhos.

A escolha dessa forma de coleta foi motivada pela praticidade, rapidez e possibilidade de alcançar diferentes perfis de participantes, especialmente em um contexto em que as ferramentas digitais se mostram importantes para pesquisas em saúde.

Por se tratar de questionário estruturado com perguntas fechadas, a análise possível foi de natureza quantitativa, empregando estatística descritiva simples, com cálculo de frequências absolutas e percentuais para cada variável investigada, permitindo identificar padrões e tendências nas respostas dos participantes

O estudo contou com uma amostra de 91 pessoas, sendo pais, mães, responsáveis por crianças e profissionais da área da saúde, que responderam voluntariamente ao questionário.

O instrumento de coleta (Apêndice I) consistiu em um formulário estruturado contendo 10 perguntas fechadas, elaboradas com base em estudos recentes sobre vacinação infantil e hesitação vacinal. As questões abordaram aspectos sociodemográficos dos participantes, percepções sobre a importância das vacinas e fatores que contribuem para a adesão, como a influência de *fake News* e barreiras de acesso.

Além do questionário, foi realizada também uma ação educativa presencial, organizada e conduzida pelo grupo pesquisador, na Escola Estadual Comendador Luciano Guidotti, localizada na rua Armando Chiquito, número 35, Jupiá, Piracicaba-São Paulo, no dia 02 de outubro de 2025. Posto isso, essa intervenção consistiu em uma apresentação expositiva e dialogada, com o uso

de *slides*, direcionada aos alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio e ao 6º ano do Ensino Fundamental.

Os resultados foram apresentados em quadros e gráficos para facilitar a visualização e interpretação das informações obtidas. A discussão dos dados foi fundamentada na literatura científica consultada durante a revisão narrativa, estabelecendo relações entre os dados empíricos coletados e o referencial teórico que sustenta o estudo, buscando compreender os fatores que influenciam a adesão à vacinação infantil e o papel da equipe de enfermagem nesse contexto.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo apresenta os principais resultados obtidos por meio da pesquisa realizada, onde buscou-se compreender como os participantes percebem a vacinação infantil, quais fatores influenciam a adesão ao esquema vacinal e de que forma aspectos informacionais e comportamentais se relacionam com suas decisões.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES

A análise do perfil sociodemográfico dos participantes mostra um grupo composto por 91 respondentes, o quadro 1 abaixo apresenta a caracterização dos participantes.

**Quadro 1:** Caracterização sociodemográfica dos participantes da pesquisa

Variável	Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
<b>Faixa etária</b>	Até 19 anos	19	20,9%
	20 a 30 anos	28	30,7%
	31 a 40 anos	18	19,8%
	41 a 50 anos	13	14,2%
	50 anos ou mais	11	12,1%
	Outra	2	2,2%
<b>Gênero</b>	Feminino	69	75,8%
	Masculino	22	24,2%
	Outro	0	0%
<b>Escolaridade</b>	Ensino Fundamental	3	3,3%
	Ensino Médio	62	68,1%
	Ensino Superior	25	27,4%
	Outra	1	1,1%
<b>Possui filhos menores de 12 anos</b>	Sim	28	30,8%
	Não	63	69,2%

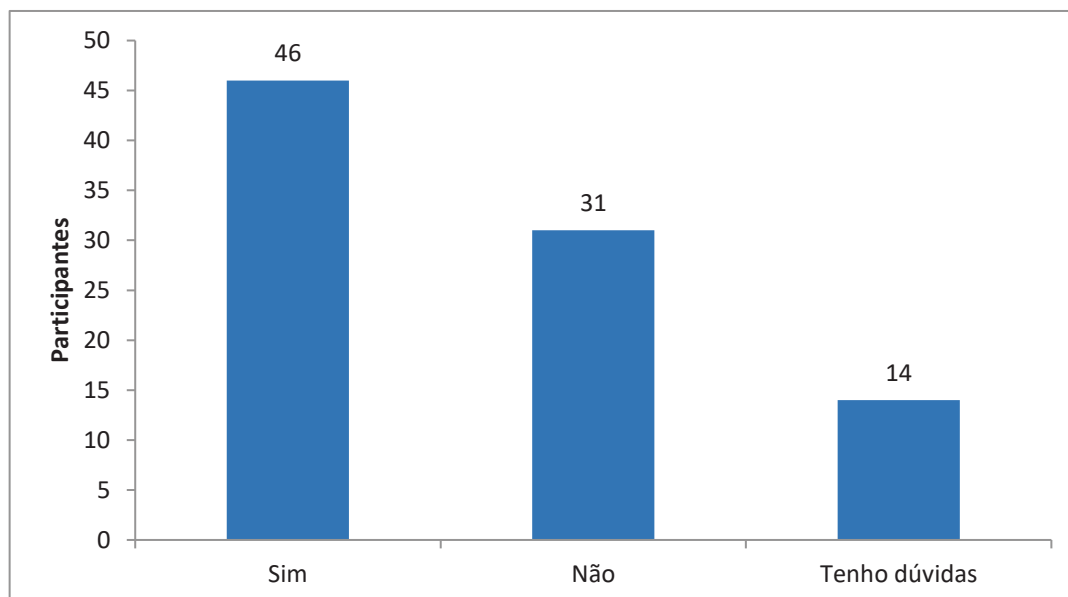
Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

De modo geral, constatou-se que o perfil sociodemográfico da pesquisa, composto majoritariamente por mulheres, jovens adultos e indivíduos com escolaridade média ou superior, mostra que o tema desperta interesse em diferentes segmentos da sociedade.

## 4.2 CONHECIMENTO SOBRE VACINAÇÃO INFANTIL

Para compreender como o público participante percebe e acessa informações sobre vacinação infantil, foram realizados dois questionamentos, que buscaram identificar o nível de conhecimento sobre as vacinas oferecidas pelo SUS e quais são as principais fontes de informação utilizadas. No primeiro ponto investigado, observou-se um cenário de conhecimento parcial sobre o calendário vacinal infantil. Desse modo, o gráfico 1 apresenta os resultados observados.

**Gráfico 1:** Conhecimento dos participantes sobre as vacinas disponíveis no SUS para crianças menores de 12 anos



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Entre os 91 participantes, 46 pessoas (51%) afirmaram saber quais vacinas estão disponíveis no SUS para crianças menores de 12 anos. Por outro lado, 31 participantes (34%) declararam não possuir esse conhecimento, enquanto 14 respondentes (15%) afirmaram ter dúvidas.

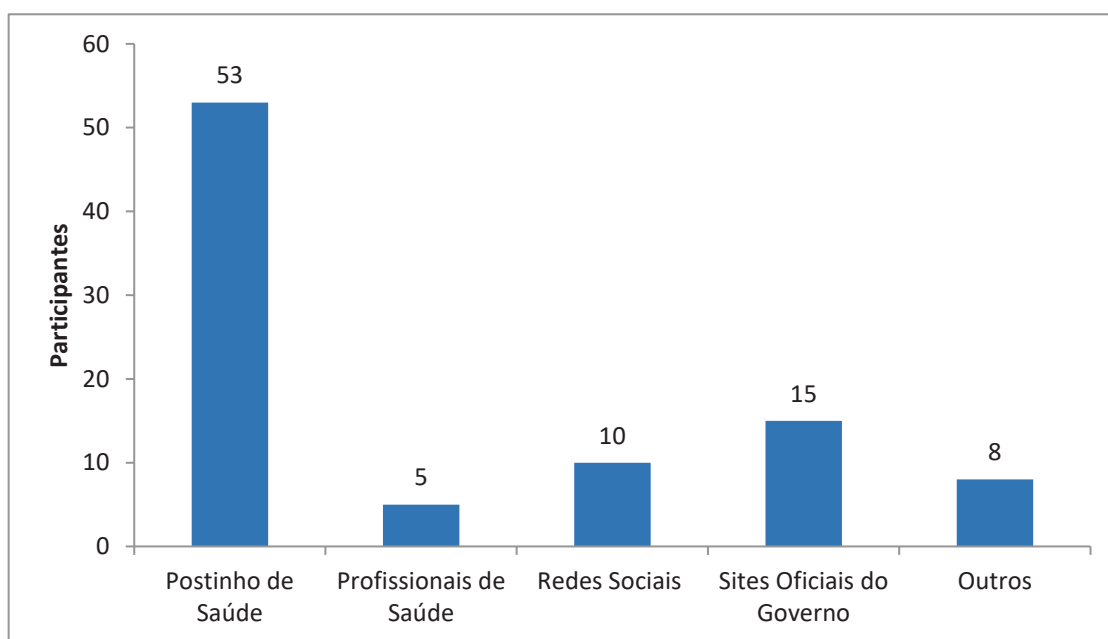
Esses resultados mostram um panorama de conhecimento fragmentado, tendo em vista que pouco mais da metade tem conhecimento em relação às vacinas disponíveis, mas uma parcela expressiva (49%, somando “não” e “tenho dúvidas”) ainda apresenta lacunas de entendimento. Esses dados corroboram com o que destacam Fernandez *et al.* (2025), ao afirmarem que a hesitação vacinal não se limita somente ao medo de eventos adversos, mas também à falta

de clareza sobre o calendário vacinal e à dificuldade de acesso a informações confiáveis.

Além disso, o fato de uma parte significativa dos participantes relatar desconhecimento ou dúvidas reforça a necessidade de ações de educação em saúde conduzidas pela equipe de enfermagem, que historicamente ocupa um papel importante na comunicação com as famílias. Segundo Andrade e Ferreira (2025), profissionais de enfermagem têm função determinante na escuta ativa, no acolhimento e na tradução de informações técnicas em linguagem acessível, atuando como relação direta entre o sistema de saúde e a comunidade.

Posteriormente, quando questionados sobre suas fontes de informação, os participantes demonstraram preferência por espaços institucionalizados, diante disso, o gráfico 2 ilustra os resultados obtidos com essa questão.

**Gráfico 2:** Principais fontes de informação sobre vacinação infantil entre os participantes



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

O postinho de saúde foi citado por 53 pessoas (58%), seguido por sites oficiais do governo, mencionados por 15 participantes (16%). As redes sociais surgiram como fonte para 10 pessoas (11%), enquanto profissionais de saúde foram citados por apenas 5 participantes (5%). Por fim, 8 participantes (9%) selecionaram a opção “outros”.

Diante disso, é possível constatar dois pontos relevantes, o primeiro refere-se ao fato de que a maioria das pessoas ainda reconhece a unidade básica de saúde como principal espaço de informação. Isso reforça a confiança na Atenção Primária e evidencia a relevância das equipes de enfermagem e demais profissionais no processo educativo. Para Sousa *et al.* (2025), a UBS é o ambiente onde se estabelece o vínculo, e, quando esse vínculo é fortalecido, as chances de adesão ao calendário vacinal aumentam.

Por outro lado, o uso de redes sociais como fonte de informação, embora menor, é significativo. Em um contexto de desinformação digital amplamente discutido pela literatura, autores como Fróes *et al.* (2025) destacam que ambientes virtuais podem tanto ampliar o acesso a conteúdo confiável quanto difundir informações equivocadas, contribuindo para dúvidas e resistências. Isso mostra que a atuação da enfermagem não pode se limitar ao espaço físico da UBS, mas também precisa estar presente em meios digitais, reconhecendo-os como parte da realidade informacional da população.

Outro ponto relevante é o número reduzido de pessoas que buscam diretamente profissionais de saúde (apenas 5%). Embora as unidades de saúde apareçam como principal fonte, isso não significa necessariamente que o diálogo com o profissional esteja acontecendo de forma aprofundada. A literatura aponta que uma comunicação direta, clara e acolhedora pode prevenir dúvidas e mitos (BRASIL, 2023), mas isso depende do tempo, da disponibilidade e da capacidade de escuta das equipes.

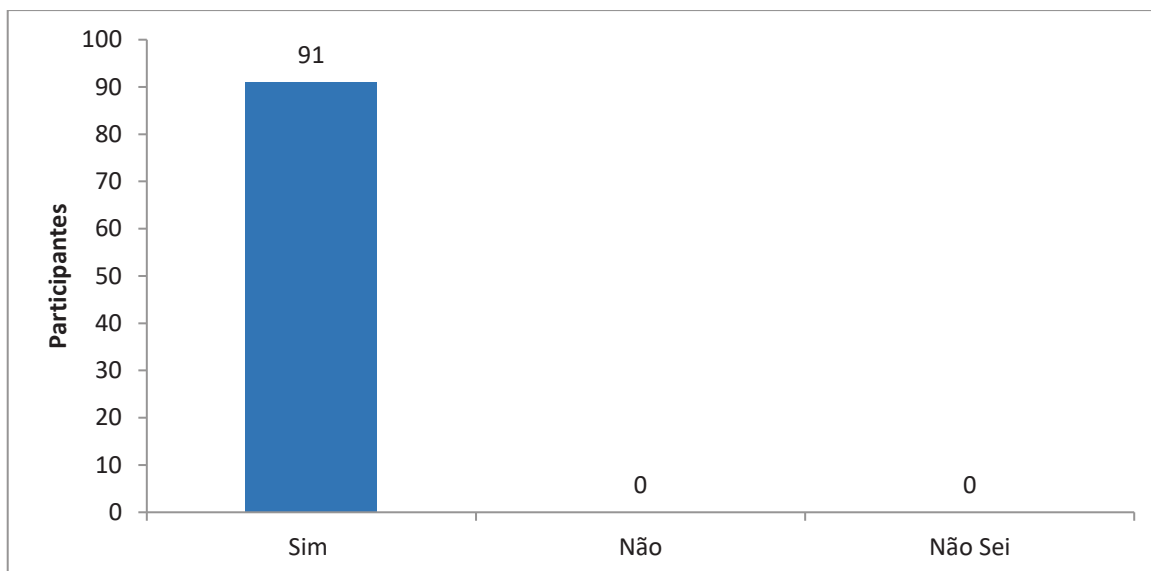
A partir dos dados obtidos, fica claro que ampliar a clareza das informações sobre o calendário vacinal, fortalecer a comunicação entre profissionais e comunidade e ocupar espaços digitais com conteúdos confiáveis são medidas necessárias para melhorar o conhecimento do público e aumentar a adesão à vacinação infantil.

#### 4.3 PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO

A percepção dos responsáveis sobre a relevância da vacinação infantil é de grande importância para a construção do entendimento sobre as principais atitudes que favorecem ou dificultam a imunização. Para iniciar essa análise, foram observados os dados obtidos na pesquisa, começando pela pergunta que

investigou a opinião geral sobre a importância de vacinar crianças, o gráfico 3 apresenta os resultados.

**Gráfico 3:** Percepção sobre a Importância da Vacinação



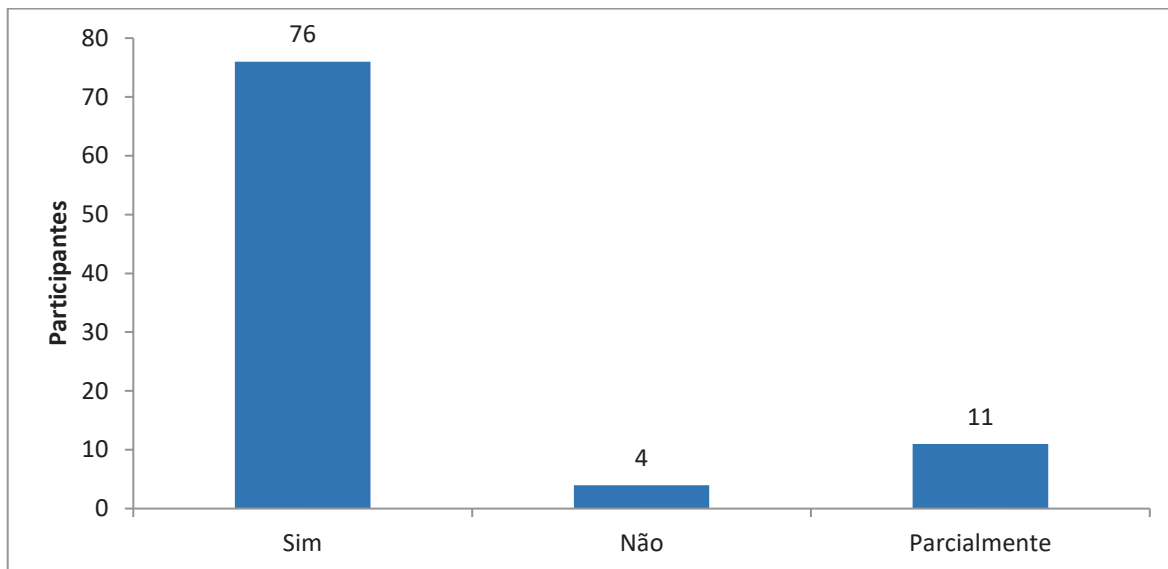
Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Os resultados mostram uma unanimidade, onde 100% dos participantes (n=91) responderam “Sim” à importância da vacinação. Nenhum respondente assinalou “Não” ou “Não sei”, evidenciando que, não há um reconhecimento claro do papel das vacinas na proteção infantil.

Essa percepção assemelha-se aos resultados apresentados pela pesquisa de Araújo *et al.* (2024), que destacam que a percepção positiva de 24 mães a respeito dos benefícios da vacinação infantil, além disso, as participantes também demonstram conhecimento sobre a imunização na prevenção de doenças.

Assim, os resultados do questionamento sobre a importância da vacinação evidenciam que a comunidade investigada reconhece o benefício coletivo e individual da vacinação, o que constitui um ponto de partida positivo para as ações educativas. Em seguida, buscou-se compreender como os participantes avaliam a eficácia das campanhas públicas, elemento importante, pois campanhas bem-avaliadas tendem a influenciar positivamente o comportamento vacinal, assim, os resultados alcançados foram demonstrados graficamente, como pode-se observar abaixo no gráfico 4.

**Gráfico 4:** Percepção dos participantes sobre a eficácia das campanhas públicas de vacinação



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Os dados mostraram que 84% dos respondentes (n=76) consideram as campanhas eficazes; 12% (n=11) acreditam que são apenas parcialmente eficazes; e 4% (n=4) entendem que elas não são eficazes.

Assim, essa percepção está de acordo com o estudo original de Simões e Nunes (2022) que analisaram o impacto das campanhas de vacinação no Brasil e concluiu que, apesar da confiança geral da população, as estratégias de comunicação precisam ser constantemente revisadas para se adaptar às novas dinâmicas de circulação de informação, principalmente em ambientes digitais. Segundo os autores, campanhas que contenham linguagem simples, clareza científica e presença em múltiplos meios tendem a aumentar a adesão vacinal.

Araújo *et al.* (2024), que investigaram como diferentes modelos de comunicação influenciam a confiança em vacinas observaram que campanhas com linguagem acessível e exemplos do cotidiano fortalecem a percepção de eficácia, o que pode explicar por que, no presente estudo, a maior parte dos participantes reconhece o valor das campanhas públicas.

Assim, os resultados dessa categoria de análise apontaram que a população acredita na importância da vacinação e, de maneira geral, considera as campanhas governamentais eficazes, embora exista um pequeno grupo que percebe fragilidades. Mais uma vez, destaca-se a importância da educação em

saúde como instrumento de aproximação entre sistemas de saúde e comunidade.

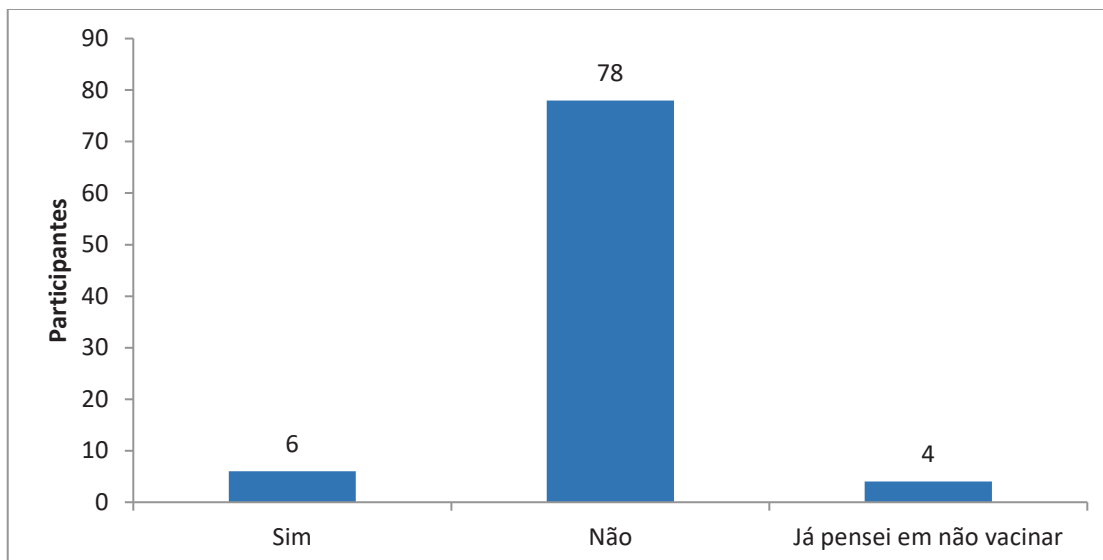
#### 4.4 ADESÃO AO ESQUEMA VACINAL E COMPORTAMENTOS PARENTERAIS

Para compreender como os participantes lidam com a vacinação de crianças, é necessário observar tanto a manutenção da caderneta vacinal quanto os comportamentos motivados por medos ou percepções sobre efeitos adversos. A questão 9 do formulário permite visualizar esse cenário, mostrando então como atitudes cotidianas, dúvidas e práticas parentais influenciam a adesão ao esquema preconizado pelo Programa Nacional de Imunizações.

Segundo o estudo de Cunegundes, Machado e Vieira (2025), muitos pais acreditam que a criança está imunizada, mas não verificam a caderneta com regularidade, o que leva à perda de doses e à alta taxa de atrasos vacinais no Brasil. Assim, entende-se que comportamentos negligenciais não são necessariamente intencionais, mas decorrentes de rotina acelerada, desinformação e falta de acompanhamento ativo pela equipe de saúde.

Além disso, autores como Sousa *et al.* (2025) destacam que a adesão vacinal depende diretamente da relação entre família e serviços de saúde, sobretudo, do reforço contínuo realizado pela enfermagem durante consultas, busca ativa e campanhas. Assim, o percentual de incerteza identificado aqui reforça a necessidade de estratégias educativas mais personalizadas, que ultrapassem o modelo informativo tradicional e fortaleçam o acompanhamento parental.

É importante entender ainda que existe uma certa cultura antivacina, conforme discutido por Allen, Watts e Rand (2024), onde são disseminadas *fakenews* e que contribui para as pessoas acreditarem que as vacinas podem ser perigosas, emergindo, diante disso, o medo de vacinar, os autores ainda mencionaram que a exposição a conteúdo antivacinação *online* está associada a taxas menores de vacinação. Diante disso, no que diz respeito ao impacto do medo na decisão de vacinar é possível observar o posicionamento dos participantes no gráfico 5.

**Gráfico 5:** Comportamentos motivados pelo medo de efeitos colaterais

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Os resultados mostraram que 78 participantes (89%) nunca deixaram de vacinar uma criança por medo de reações adversas, demonstrando confiança geral no processo vacinal. Contudo, 6 pessoas (7%) admitiram já ter evitado uma vacina por esse motivo, e 4 participantes (5%) afirmam ter pensado em não vacinar.

Observa-se então que embora a hesitação vacinal esteja presente, ela não é majoritária. Entretanto, mesmo um percentual aparentemente pequeno pode gerar impactos significativos na cobertura vacinal, principalmente em doenças com alta transmissibilidade, como o sarampo.

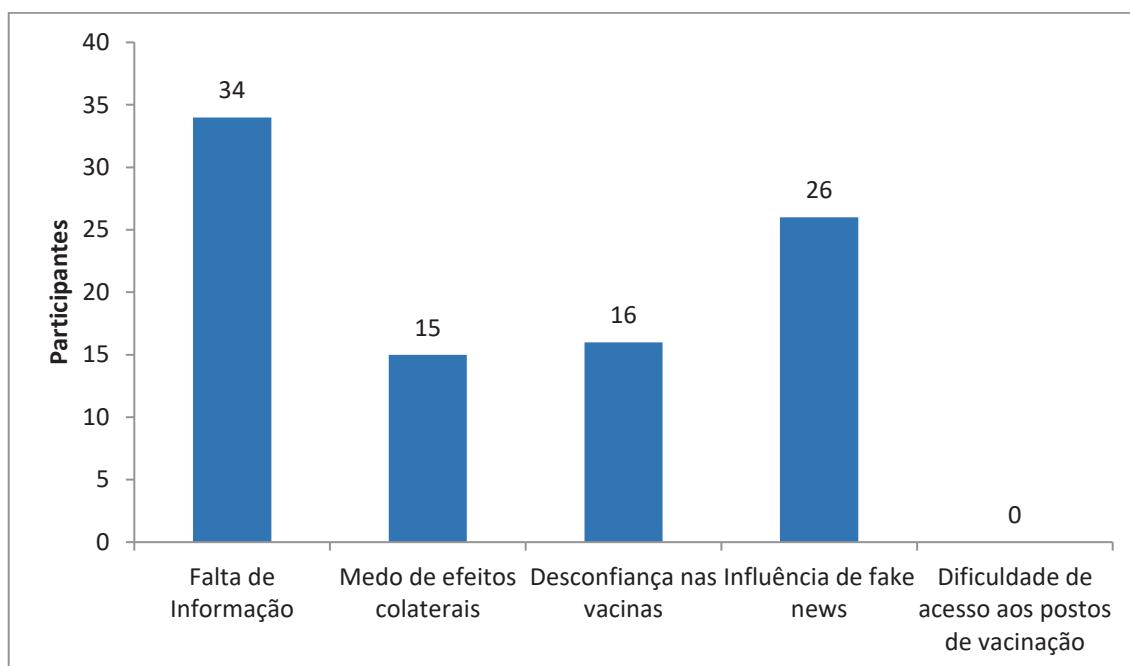
O medo dos efeitos colaterais, como apontam Matos, Lima e Vieira (2023) é um dos principais componentes emocionais da hesitação vacinal. Ele não se relaciona estritamente à falta de informação, mas também a experiências negativas prévias, histórias compartilhadas em redes sociais e circulação de narrativas alarmistas. Os resultados deste estudo reforçam essa tendência clara, mesmo entre respondentes que demonstraram bom nível de conhecimento sobre vacinação, alguns ainda reproduzem receios relacionados a reações adversas.

Posto isso, fica notório que esse comportamento mostra que a adesão vacinal não depende somente de informação técnica, mas também de fatores subjetivos, como crenças, percepções de risco, confiança nos profissionais e experiências pessoais. Nesse sentido, o papel da equipe de enfermagem torna-

se ainda mais pertinente, já que o vínculo estabelecido durante o atendimento é capaz de reduzir medos e esclarecer dúvidas de forma personalizada e acolhedora.

Não obstante, durante a pesquisa, foi feito ainda o questionamento sobre as principais razões para a recusa vacinal de pais/responsáveis, desse modo, o gráfico 6 apresenta esses resultados.

**Gráfico 6:** Principais razões, segundo opinião dos participantes, para a recusa vacinal de pais/responsáveis



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

É possível observar um conjunto de fatores na opinião dos participantes deste estudo que interferem diretamente na adesão dos pais ao esquema vacinal. A categoria mais mencionada foi à falta de informação, citada por 34 participantes (37%), indicando que a lacuna comunicacional ainda representa um dos obstáculos mais persistentes nas campanhas de imunização.

Em seguida, a influência de *fake news* apareceu como justificativa em 26 respostas (29%), reforçando que a circulação de conteúdos falsos tem capacidade concreta de afetar decisões parentais. A desconfiança nas vacinas foi mencionada por 16 participantes (18%), enquanto o medo de efeitos colaterais atingiu 15 respostas (16%). Nenhum participante apontou dificuldade de acesso aos postos de vacinação.

Posto isso, esses estão correlacionados com pesquisas recentes que investigam a hesitação vacinal como sendo multifatorial. Um exemplo é o estudo de Herdade, Gonçalves e Andrade (2024) que relataram que a falta de informação é um dos principais fatores que aumentam a hesitação vacinal.

A influência das *fake news* merece atenção especial, pois evidencia que a decisão de vacinar não é tomada apenas com base em fatores racionais, mas também emocionais e sociais. Como aponta Macedo *et al.* (2024), o ambiente informacional fragmentado cria um cenário em que pais se sentem divididos entre discursos científicos e discursos alarmistas, sendo estes últimos mais facilmente propagados nas redes sociais. Isso explica por que a *fake news* aparece como um motivo tão relevante.

Nenhum participante revelou dificuldade de acesso, reforça-se a ideia de que, diferentemente de regiões rurais ou de baixa cobertura, o problema não é estrutural, mas comportamental, devendo-se dar maior atenção a essa questão.

Em síntese, os resultados apresentados evidenciam que a adesão ao esquema vacinal infantil é influenciada por fatores subjetivos, informacionais e sociais, mostrando que o comportamento parental vai muito além do simples acesso ao serviço de saúde. A partir das análises, observa-se que a falta de informações confiáveis, o medo, a desconfiança e a circulação de *fake news* se destacam como elementos principais na formação das opiniões e decisões dos responsáveis.

Reforçando-se então a necessidade de estratégias de comunicação em saúde mais próximas da realidade das famílias, capazes de fortalecer vínculos, esclarecer dúvidas e enfrentar a desinformação de forma contínua. Diante disso, nota-se a importância de entender os motivos por trás da hesitação vacinal é um passo necessário para aprimorar ações de promoção, prevenção e cuidado, contribuindo diretamente para a proteção da saúde infantil e para a ampliação das coberturas vacinais, e os profissionais da enfermagem tem grande importância nesse cenário.

A atividade educativa sobre vacinação infantil realizada pelo grupo na Escola Estadual Comendador Luciano Guidotti foi planejada com o objetivo de aproximar os estudantes do tema, promover reflexão crítica e esclarecer dúvidas.

Para facilitar a compreensão dos estudantes, foram utilizados recursos visuais como slides ilustrados, contendo imagens, gráficos, explicações simplificadas, com linguagem acessível, mostrando como as vacinas são produzidas, por que são seguras e qual o papel da imunização na proteção coletiva.

Durante a apresentação, buscou-se manter uma comunicação clara e próxima, na qual os estudantes eram convidados a participar, comentando, trazendo dúvidas e relacionando o tema com suas experiências familiares. A participação dos estudantes foi bastante expressiva. Os alunos demonstraram interesse ao longo de toda a apresentação, levantando questões sobre temas como reações comuns após a vacinação.

Entre as facilidades encontradas durante a intervenção, destaca-se a receptividade das turmas e o ambiente favorável criado pelos professores, que incentivaram a participação e abriram espaço para que a atividade acontecesse de forma tranquila.

Por outro lado, algumas dificuldades surgiram no momento de desconstruir informações equivocadas bastante disseminadas, como a crença de que vacinas “enfraquecem o organismo” ou podem causar doenças graves. A presença desses mitos reforçou a importância de uma comunicação acolhedora, evitando julgamentos e explicando, com base científica, como as vacinas funcionam e por que são seguras.

Houve maior interesse nos aspectos relacionados à segurança das vacinas, aos efeitos adversos mais comuns e ao papel da enfermagem na orientação das famílias. Essa atenção reforça que a temática, quando apresentada de forma clara e próxima, desperta participação e curiosidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciaram que a vacinação infantil permanece como uma das estratégias mais eficazes para prevenir doenças, evitar complicações e salvar vidas. Embora o Programa Nacional de Imunizações represente um importante avanço para a saúde pública, ainda persistem obstáculos relacionados ao acesso à informação de qualidade, à confiança nas vacinas e ao comportamento das famílias.

Os dados analisados demonstraram que, apesar de muitos responsáveis reconhecerem a importância da imunização, dúvidas, receios e influências externas ainda interferem nas decisões. A disseminação rápida da desinformação reforça a necessidade de ações educativas contínuas, capazes de aproximar os serviços de saúde da população e fortalecer o diálogo entre profissionais e comunidade.

Nesse contexto, o papel da enfermagem se destaca de forma significativa. Por estar inserido na rotina das unidades básicas e no território, o enfermeiro é frequentemente o primeiro profissional a quem os pais recorrem. Sua atuação vai além da aplicação das vacinas: envolve acolher, esclarecer, traduzir termos técnicos e oferecer segurança para que as famílias se sintam preparadas para tomar decisões informadas.

Os resultados da pesquisa mostram que a falta de informação, o medo de efeitos colaterais e a influência das *fake news* seguem ocupando espaço na percepção dos responsáveis, o que evidencia a importância de estratégias de comunicação mais claras, permanentes e adequadas às realidades locais. A enfermagem, por conhecer o território e suas necessidades, tem capacidade de conduzir ações educativas mais próximas, sensíveis e alinhadas ao cotidiano das famílias, como rodas de conversa, campanhas, atividades escolares e visitas domiciliares.

Para ampliar o entendimento sobre o tema, pesquisas futuras poderiam aprofundar abordagens qualitativas, como entrevistas e grupos focais com pais e profissionais de saúde. Esse tipo de investigação permite compreender de maneira mais detalhada os medos, resistências e expectativas que influenciam a adesão ao calendário vacinal infantil, contribuindo para o aprimoramento das práticas de educação em saúde.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, Jennifer; WATTS, Duncan J.; RAND, David G. Quantifying the impact of misinformation and vaccine-skeptical content on Facebook. **Science**, v. 384, n. 6699, p. eadk3451, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.adk3451> Acesso em: 21 nov. 2025.

ANDRADE, Nádia Luany; FERREIRA, Ana Cláudia Barbosa Honório. Percepção dos profissionais de enfermagem acerca da hesitação dos pais em relação à vacinação de crianças. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 18, p. e081980-e081980, 2025 Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1980>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ÁRNADÓTTIR, L.; WELLMAN, L.; GÖRANSSON, C. Specialist nurse's health promotion work with the national childhood immunization programme: a qualitative study. **Journal for Specialists in Pediatric Nursing**, v. 29, n. 3, e12427, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jspn.12427> Acesso em: 21 nov. 2025.

ARAÚJO, Amanda Viana de Araújo *et al.* Desafios contemporâneos na adesão à imunização infantil no Brasil. **Lumen et Virtus**, v. 15, n. 39, p. 2777-2797, 2024. Disponível em: <https://lumenetvirtus.org/ojs/index.php/revista/article/view/XXXX> Acesso em: 21 nov. 2025. (confirmam se abre)

ARAÚJO, Dina Márcia de Sousa *et al.* Cobertura vacinal: fatores importantes para adesão no processo de imunização. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 10, p. e6585-e6585, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6585>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ASSIS, Artur Felipe Queiroz; DA SILVA, Karen Larissa Ferreria; ANGEL, Douglas José. Políticas de vacinação e a reemergência da poliomielite e do sarampo no Brasil. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 2, p. 259-270, 2023. Disponível em: <https://bjihis.emnuvens.com.br/bjihis/article/view/XXXX> Acesso em: 21 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil avança na vacinação de crianças e adolescentes com 1 milhão de doses aplicadas nas escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/brasil-avanca-na-vacinacao-de-criancas-e-adolescentes-com-1-milhao-de-doses-aplicadas-nas-escolas>. Acesso em: 19 de ago. 2025.

CUNEGUNDES, Kelly Simone Almeida; MACHADO, Daisy Maria; VIEIRA, Nadia Vitorino. “Não sou antivacina, mas...”: entendendo a hesitação vacinal a partir

das narrativas de pais hesitantes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 41, p. e00154624, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT154624> Acesso em: 21 nov. 2025.

FERNANDES, Eder Gatti; PERCIO, Jadher; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Cobertura e hesitação vacinal no Brasil: inquérito revela a realidade e oferece subsídios para a Política Nacional de Imunizações. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, p. e2024638, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-9622202500XX> Acesso em: 21 nov. 2025.

FERNANDEZ, Michelle *et al.* Os motivos da hesitação vacinal no Brasil: uma análise a partir da percepção dos profissionais de saúde que atuaram na pandemia da COVID-19. **Saúde e Sociedade**, v. 33, p. e230854pt, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902025230854> Acesso em: 21 nov. 2025.

FREITAS, Iany Lemos *et al.* Vacinação Global: Obstáculos, Estratégias e Perspectivas Futuras. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 6, p. 209-224, 2024. Disponível em: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/XXXX> Acesso em: 21 nov. 2025

FRÓES, Eloísa Helena Figueira *et al.* Fake News na Vacinação: Estratégias Educativas no Enfrentamento da Desinformação em Saúde. **INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE**, v. 11, n. 2, p. 5811-5826, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.com/> Acesso em: 21 nov. 2025.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Capítulo: **Como classificar as pesquisas**, p. 44–45.

GOES, Nivia Helena Alcantara *et al.* A história da imunização na sociedade brasileira e seus impactos na população: do Brasil colônia aos tempos atuais. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 2, n. 4, p. 17-17, 2021. Disponível em: <https://revistamultisaude.com.br/index.php/rms/article/view/XXXX> Acesso em: 21 nov. 2025.

GOMES, Gean Mascaranhas *et al.* Health team practices to improve vaccination coverage of children in a favela. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 59, p. e20240337, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-20240337> Acesso em: 21 nov. 2025

HERDADE, Ester Vieira; GONÇALVES, Nylza Maria Tavares; ANDRADE, Leonardo Guimarães. A cobertura vacinal no Brasil: impacto das fake news e desafios atuais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 8161-8174, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17141> Acesso em: 21 nov. 2025.

HILL, Marie C. *et al.* Practice nurses' perceptions of their immunization role and strategies used to promote measles, mumps, and rubella vaccine uptake in 2014–2018: A qualitative study. **Journal of Advanced Nursing**, v. 77, n. 2, p. 948-956, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jan.14652>.

Acesso em: 21 nov. 2025

ARAÚJO, Erica Janne e Silva; ALVES, Bruna Silva de Oliveira; FROTA, Mirna Albuquerque. Percepções de mães sobre a imunização infantil na atenção básica de saúde. **Revista Foco**, v. 17, n. 11, p. e6745-e6745, 2024. Disponível em: [https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6745?utm\\_source=chatgpt.com](https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6745?utm_source=chatgpt.com) Acesso em: 21 nov. 2025.

LANEUVILLE, Helena. Saúde Materno-Infantil no Brasil: Desafios e Políticas Públicas. **Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds)[Internet]**, 2024. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/publicacao/saude-materno-infantil-no-brasil-desafios-e-politicas-publicas/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

LIMA, Mariana Mesquita de Oliveira *et al.* Crenças e atitudes de pais ou responsáveis legais sobre a vacinação infantil: revisão de escopo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, p. e20240126, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2024-0126pt>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MACEDO, Thaiane Rodrigues de Oliveira *et al.* Cobertura vacinal, barreiras e hesitação vacinal em crianças de até 24 meses: inquérito populacional em uma capital do oeste amazônico. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, p. e20231295, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-9622202400020>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MARTINEZ, Leonardo *et al.* Infant BCG vaccination and risk of pulmonary and extrapulmonary tuberculosis throughout the life course: a systematic review and individual participant data meta-analysis. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 9, p. e1307-e1316, 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(22\)00224-4](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(22)00224-4). Acesso em: 21 nov. 2025.

MATOS, Millena Marques; LIMA, Mirian Marques; VIEIRA, Werner Bessa. O retorno de doenças erradicadas: a percepção dos pais sobre a vacinação infantil e o cenário da baixa imunização. **Projeção, Saúde E Vida**, v. 4, n. 2, p. 20-30, 2023. Disponível em: <https://revistas.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/psv/article/view/4768> Acesso em: 21 nov. 2025.

MIRANDA, Anna Luiza Alves de Oliveira *et al.* Imunização Infantil. **Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza**, 2022. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/easn/article/view/926>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MORENO, Carolina Pereira *et al.* Vacinação infantil como ação de prevenção e promoção à saúde na atenção primária. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 3, n. 2, p. 2049-2058, 2024. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/254>. Acesso em: 21 nov. 2025.

OLIVEIRA, Stefany Reis; RODRIGUES, Gabriela Meira de Moura. Conscientização da imunização infantil e atuação da enfermagem diante do calendário de vacinação. **Revista Liberum accessum**, v. 14, n. 4, p. 53-62, 2022. Disponível em: <https://www.revista.liberumaccesum.com.br/index.php/RLA/article/view/192>. Acesso em: 21 nov. 2025.

OLIVEIRA, Valéria Conceição *et al.* Avaliação da cadeia de frio do transporte de vacina: estudo transversal em Minas Gerais, Brasil. **Revista de APS**, v. 22, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/85109005/22824.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Cobertura vacinal contra o sarampo está abaixo da meta necessária para prevenir surtos**. Brasília: OPAS/OMS, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/20-11-2023-cobertura-vacinal-contra-o-sarampo-esta-abaixo-da-meta-necessaria-para-prevenir-surtos>. Acesso em: 19 de ago. 2025.

PARREIRA, Emilly D. Paula da Silva *et al.* Desafios e estratégias para ampliação da cobertura vacinal no Brasil: o papel da saúde pública. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 14, n. 2, p. e4460-e4460, 2025. Disponível em: <https://www.revistacaribena.com/ojs/index.php/rccs/article/view/4460>. Acesso em: 21 nov. 2025.

PÉRCIO, Jader *et al.* 50 anos do Programa Nacional de Imunizações e a Agenda de Imunização 2030. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, p. e20231009, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2023.v32n3/e20231009/pt/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

PEREIRA, Simone Candido *et al.* Acolhimento às famílias durante a vacinação infantil na Atenção Primária à Saúde no Brasil. **Revista rede de cuidados em saúde**, v. 16, n. 2, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/rccs/article/view/7507>

RIBEIRO, Beatriz dos Santos *et al.* Conhecimento dos principais motivos da baixa adesão vacinal infantil de 0 a 4 anos. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 11, p. e6738-e6738, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6738>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ROCHA, Iago Prina *et al.* Impacto da vacinação na mortalidade infantil: estudo ecológico de 1990-2020. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 5, p. e14498-e14498, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/14498>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ROSADO, Roberta Coely Lira Santos *et al.* Origens históricas da vacinação no Brasil. **Cientific@-Multidisciplinary Journal**, v. 8, n. 2, p. 1-9, 2021.

Disponível em:

<https://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/5898>.

Acesso em: 21 nov. 2025.

SANTOS, Vitor Augusto Rezende; ALMEIDA, Martha Elisa Ferreira. A história da vacina e seus benefícios. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 1, p. e12913144652-e12913144652, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44652>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SIMÕES, Victória de Souza; NUNES, Paula de Castro. Adesão e impacto da campanha de vacinação contra o vírus do papiloma humano (HPV) sobre a saúde da população feminina: análise comparativa das regiões Norte e Sudeste do Brasil. *Clinical and Biomedical Research*, v. 42, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 21 nov. 2025

SOUSA, Darliane Kelly Barroso *et al.* Fatores associados aos desafios da adesão vacinal infantil: Percepção de profissionais de saúde. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 9, p. e2914949439-e2914949439, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79373>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SOUSA, Gabriela Regina De Assunção *et al.* Não vacinar é um risco coletivo-as razões e as consequências da queda na imunização infantil no Brasil: protagonismo das fake news. **Aurum Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 4, p. 67-73, 2025. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/MA/article/view/136>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SOUZA, Samara Oliveira *et al.* Hesitação vacinal infantil: fatores contribuintes e a atuação do enfermeiro. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 23, n. 6, p. e10399, 2025. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 21 nov. 2025.

TEIXEIRA, Flávia Avila; CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves. Vacinação no Brasil: a perspectiva das lógicas institucionais. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS (ENEPCP)**, 2023. Anais [...]. 2023. Acesso em: 21 nov. 2025.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO APLICADO

1. **Qual a sua idade?**
  - Até 19 anos
  - 20 a 30 anos
  - 31 a 40 anos
  - 41 a 50 anos
  - 50 ou mais
  - Outra
2. **Qual o seu gênero?**
  - Masculino
  - Feminino
  - Outro
3. **Qual é o seu grau de escolaridade?**
  - Sem escolaridade
  - Ensino Fundamental
  - Ensino Médio
  - Ensino Superior
  - Outra
4. **Você tem filhos menores de 12 anos?**
  - Sim
  - Não
5. **Você sabe quais vacinas estão disponíveis no SUS para crianças menores de 12 anos?**
  - Sim

- Não
  - Tenho dúvidas
6. **Onde você costuma buscar informações sobre vacinas infantis?**
- Postinho de saúde
  - Profissionais de saúde
  - Redes sociais
  - Sites oficiais do governo
  - Outros
7. **Você considera importante vacinar crianças?**
- Sim
  - Não
  - Não sei
8. **Você já deixou de vacinar uma criança por medo de efeitos colaterais?**
- Sim
  - Não
  - Já pensei em não vacinar
9. **Você acredita que campanhas públicas de vacinação são eficazes?**
- Sim
  - Não
  - Parcialmente
10. **Em sua opinião, qual a principal razão para a recusa de alguns pais/responsáveis em vacinar seus filhos?**
- Falta de informação
  - Medo de efeitos colaterais
  - Desconfiança nas vacinas
  - Influência de fake news
  - Dificuldade de acesso aos postos de vacinação